

Viver é saber: sobre o “saber” em *Da certeza* a partir do MS 119

António de Carvalho Pais

Doutorando e Mestre em Filosofia

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa

E-mail: antoniocarvalhopais@gmail.com

Recebido em: 15/03 /2018.

Aprovado em: 12/04/2018.

Resumo: Num conjunto de observações incluídas no MS 119, escritas em 1937, Wittgenstein analisa o uso das palavras “certeza” e “dúvida” como implicitamente subjacentes à relação de causa-efeito. Algumas dessas observações permitem conhecer de forma clara o seu entendimento sobre o jogo de linguagem que regula o uso dessas palavras. Ele volta a investigar a certeza e a dúvida nos seus últimos anos de vida, até ao seu falecimento em 1951. As observações fruto dessas investigações foram coligidas no livro de publicação póstuma com o título *Da certeza*. Este estudo propõe analisar esta obra a partir das principais ideias sobre o saber e o jogo da linguagem que foram veiculadas nas referidas observações do MS 119. Com esta abordagem, procura-se captar o essencial do pensamento de Wittgenstein sobre a certeza e a dúvida em conexão com a causalidade e o fundamento. O que, no essencial, estará em causa é a possibilidade de fundamentar a nossa forma de vida.

Palavras-chave: Causalidade; Dúvida; Fundamento; Forma de vida.

Living is Knowing: On “knowledge” in On Certainty from Wittgenstein’s MS 119

Abstract: In a set of observations included in MS 119, written in 1937, Wittgenstein analyzes the use of the words “certainty” and “doubt” as implicitly underlying the cause-effect relationship. Some of these observations allow us to know clearly about their understanding of the language game that regulates the use of these words. He goes back to investigating certainty and doubt in his last years until his death in 1951. The observations resulting from these investigations were collected in the posthumous publication entitled *The Certainty*. This study intends to analyze this work from the main ideas on the knowledge and the language game that were transmitted in the mentioned observations of MS 119. With this approach, we try to capture the essential of Wittgenstein’s thinking about certainty and doubt in connection with

causality and fundament. What, in essence, will be in question is the possibility of grounding our way of life.

Keywords: Causality; Doubt; Fundament; Way of life.

Introdução

Nas observações do MS 119 (doravante *Causa e efeito*)¹, escritas por Wittgenstein entre 24 de setembro e 29 de outubro de 1937, a palavra “saber”, analisada no modo como é usada nos jogos de linguagem, corresponde ao conhecimento da causa de um estado de coisas, à posse da resposta certa à pergunta colocada por um “porquê”. Uma resposta que é caracterizada por não ser de nenhum modo ameaçada pela sombra da dúvida. A investigação que aí é realizada descreve o uso da palavra “saber” como conhecimento da causa adquirido através da recorrência de uma mesma experiência e da intuição. No livro *Da certeza*², a última obra, de publicação póstuma, deste filósofo, aprofunda-se este tema. Porém, se o saber como conhecimento da causa através da experiência é neste livro objeto de várias considerações, o mesmo não podemos dizer sobre o saber intuitivo. Talvez isso tenha a ver com o facto de Wittgenstein considerar que a intuição é uma palavra escusada, apenas criada para dar nome ao modo como ficamos a saber o que não está presente (Wittgenstein, 1993b, p. 391-392). Não obstante, o género de exemplos que são dados a propósito da intuição da causa, como sejam, que alguém está num certo quarto, que alguém está com dores ou o conhecimento do corpo humano, também se encontram no livro *Da certeza*. Vários são os casos de saber aí referidos que poderiam ser perfeitamente justificados com base na intuição. Esta questão, porém, parece não ser relevante para o que empreende nessa obra. Do mesmo modo, neste estudo, não teremos em particular consideração a causa intuitiva.

Assim, este estudo propõe-se investigar o livro *Da certeza* sob a orientação de um conjunto de ideias principais sobre o saber que se encontram no livro *Causa e efeito*. Essas ideias principais são as que de seguida citamos de acordo com uma dada ordem significativa³:

1. “Saber só nos interessa dentro do jogo”; “A essência do jogo da linguagem é um método (uma forma de atuação) – não especulação, não tagarelice”; e “O jogo de ‘procurar por uma causa’ con-

siste acima de tudo numa certa prática, num certo método.”.

2. “Certamente que há em tais casos uma experiência genuína que podemos chamar ‘experiência da causa’. Mas não porque ela nos mostre infalivelmente a causa; antes porque uma raiz do jogo de linguagem causa-efeito se encontra aqui, na nossa busca por uma causa”; e “‘Saber a causa intuitivamente’ significa: saber a causa de uma maneira ou de outra (ter experiência dela de um modo diverso do habitual)”.
3. “A forma básica do nosso jogo tem de ser uma que não admita uma coisa como a dúvida.”; “A forma primitiva do jogo da linguagem é a certeza, não a incerteza. Pois a incerteza pode nunca levar à ação.”; e “A origem e a forma primitiva do jogo de linguagem é a reação; somente a partir dela se podem desenvolver formas mais complexas”.
4. “Como as coisas são, as razões para duvidar são razões para deixar um caminho familiar.”; e “Dúvida é um momento de hesitação e é *essencialmente* uma exceção à regra.”.

É possível que, no texto *Causa e efeito*, outras ideias sobre o saber possam ser consideradas igualmente importantes. As aqui apresentadas são, apenas, uma seleção possível, determinada pela sua relevância para o estudo, no livro *Da certeza*, do jogo da linguagem como prática de uso dos conceitos de certeza e dúvida. São, enfim, estas ideias que permitiram projetar este estudo e, com elas, pretende-se unicamente ter um ponto de vista, uma forma de abordagem, para a análise do saber como jogo de linguagem. Apesar de anteciparem muito do que Wittgenstein veio a escrever nas observações reunidas no livro *Da certeza*, estas últimas permitem expandir consideravelmente a nossa compreensão sobre a palavra “saber”.

Cada um dos pontos acima indicados, que reúne um conjunto correlacionado de ideias principais, corresponde, na mesma ordem de apresentação, a cada uma das partes que estruturam este estudo. Assim, na primeira parte ver-se-á como o saber integra o jogo de linguagem como uma certeza que não é o conhecimento da causa. Na segunda parte, explica-se como aquilo que é tido por um saber da experiência (e intuitivo) não é mais do que uma crença. Na terceira parte, descreve-se de que modo o jogo de linguagem não seria possível sem um saber certo, bem como a certeza é prévia a qualquer dúvida. Na quarta parte, analisa-se em que medida a dúvida pode questionar a nossa forma de vida. Retomando as ideias principais

recolhidas nas observações no texto *Causa e efeito*, conclui-se que o saber certo é uma exigência da vida.

É verdade que ao nortear-se este estudo sobre o saber no livro *Da certeza* por certas ideias principais recolhidas nas observações sobre a *Causa e efeito*, está-se, desse modo, a condicionar o campo de possibilidades da sua interpretação. Mas, como veremos, não só essas ideias parecem ser aí confirmadas, como também merecem desenvolvimentos que configuram uma filosofia que se erige na confluência do conhecimento e da ação. Ainda assim, o estudo apenas se propõe apresentar certo modo de ver esta obra, como se procurasse simplesmente descrever seu aspecto, se bem que essencial à filosofia de Wittgenstein. Ele desenrola-se, de facto, como se dispusesse de um guia que orientasse o percurso a realizar. Mas, tal como os guias não substituem a experiência que dirigem, também as aqui mencionadas ideias-guia não substituem uma certa construção compreensiva da obra *Da certeza*.

1 Saber no jogo de linguagem

A condução da nossa vida assenta num saber sobre o mundo e nós próprios de que não temos a mínima suspeita de que possa estar errado. A nossa ação depende disso; é um saber sem o qual não se conseguiria atuar; é um saber pressuposto no agir. Como proceder, se não tivermos segurança sobre o que certas coisas são ou o que podemos esperar delas? Não se tem qualquer suspeita de que esse saber possa estar errado. O erro não é de todo concebível quando, por exemplo, designamos certas coisas na nossa língua materna (cf. §630), quanto ao facto de termos um certo nome próprio (cf. §660) ou de nunca termos estado na Lua (cf. §661), entre inúmeras outras situações. A tal ponto assim é que não faz qualquer sentido afirmar a verdade ou a falsidade desse saber (cf. §466 e §460). E, no entanto, por vezes, a realidade surpreende-nos ao negar o que dizemos saber.

Esse saber, para nós inabalável, parece ter o seu solo firme na experiência. Fonte confiável, donde vem a segurança nas proposições iniciadas por “Eu sei” (cf. §575). Assim se passa, como exemplo, com o ferver da água. Que a água ferve e não congela a 100° C é assegurado pela experiência que em caso algum deu provas do contrário (cf. §558). Parece-nos, assim, que pôr em causa esta experiência,

acusando-a de errada, seria como atacar todas as provas certificadas pela experiência, que funda o nosso saber em padrões de relação causa-efeito que, segundo sabemos, se reproduzem indefinidamente. A experiência diz-nos que nada ocorre sem uma causa ou que tudo o que ocorre como causa tem um determinado efeito. Estamos certos de que essa é a origem da legitimidade do nosso saber indubitável. O facto de procurarmos e encontrarmos na experiência uma causa que determina necessariamente o seu efeito confere certeza ao nosso pensamento e à nossa atuação.

Porém, poder-se-á efetivamente dizer que devemos à experiência o conhecimento da determinação causal? Wittgenstein diz-nos que não, que a nossa procura por uma causa, que se volve saber quando a encontramos, é simplesmente uma parte fundamental do jogo de linguagem (cf. §558). Que este saber só se compreende à luz da lógica desse jogo (cf. §560). E é também segundo esse jogo que se podem explicar os erros do que se supõe saber. Como todo o jogo tem regras, se bem que nem sempre explícitas, muito menos propositadas, que se aprendem na prática da linguagem.⁴ Ora, nos jogos de linguagem, os erros que constatamos no que dizemos saber são erros na aplicação dessas regras, os quais acarretam consequências que diferem daquelas que resultam da sua boa aplicação (cf. 28 e §29). Mas, note-se, que tais erros não são do jogo, senão de quem os comete, e por isso não comprometem a utilidade do jogo (cf. §637).

A questão essencial é que o uso das regras da linguagem não denota, realmente, um saber (cf. §396). O acerto na aplicação das regras não significa a posse de um saber que é contrariado quando erramos a sua aplicação. Nos jogos de linguagem, o que decide o que é um erro não é o nosso quadro de referências. Apenas a lógica, como descrição do jogo, é capaz de dar prova das aplicações das regras (cf. §82 e §83). O saber é uma palavra que, como as outras, adquire o seu sentido no jogo de linguagem. Contudo, ela tem um papel especial nesse jogo, pois deve-se ao seu sentido, àquilo que tomamos como certeza, a possibilidade da prática do jogo. As regras do jogo pressupõem a nossa confiança nelas, sem a qual a sua prática não seria possível, isto é, não haveria método a quem confiar a nossa atuação. Imagine-se o que seria jogar um jogo competitivo que à partida já tinha vencedor (cf. Wittgenstein, 1993b, p. 383 (14.10)). É porque confiamos em alguma coisa que o jogo de linguagem é possível e dá mostras da sua utilidade. Não nos iludamos, porém,

concluindo que o jogo deve merecer a nossa confiança (ver §509 e §474). Ele, tal e qual a nossa vida, é imprevisível:

Você deve ter em atenção que o jogo de linguagem é, por assim dizer, imprevisível. Quero dizer: não se baseia em fundamentos. Não é razoável (ou irrazoável).

Está aí – tal como a nossa vida. (§559).

Daí, o jogo de linguagem sofrer mudanças ao longo do tempo, e com elas, porque se muda o sentido das palavras e, conseqüentemente, a nossa atuação, altera-se a nossa forma de vida (cf. §65 e §256)⁵.

2 Acreditar que sabe

A experiência mostra regularidades incessantes que nos leva a afirmar o nosso saber com a mesma firmeza que caracteriza as leis naturais: “É sempre graças à Natureza que alguém sabe alguma coisa.” (§505). Há coisas que sabemos de modo inconteste. Por exemplo, não preciso olhar para as minhas mãos para saber que elas são um par (cf. §133) ou interrogar-me sobre se este pé é o meu pé (cf. §360). O que torna este saber insuspeito é a experiência que, ao longo do tempo, verifica, sem exceção, o mesmo estado de coisas. Parece perfeitamente natural tomar como certa a repetição contínua da mesma experiência, desde que estejam reunidas as condições necessárias para a sua ocorrência. O padrão de experiências passadas afigura-se como a causa das nossas expectativas na sua recorrência no futuro. A naturalidade dessas expectativas radica numa lei que supostamente nos dá conta da uniformidade da natureza (cf. §135). Não há motivo para duvidar das certezas que inferimos da experiência: “Porque é que não verifico se tenho dois pés quando quero levantar-me da cadeira? Não há porquê. Não o faço, simplesmente. É assim que ajo.” (§148). Não tendo qualquer experiência de alguma vez me ter levantado e verificado que não tinha os meus dois pés, por que razão haveria de colocar essa hipótese absurda sempre que me levanto? Do mesmo modo, está igualmente fora de consideração que um braço uma vez cortado volte a crescer ou que alguém sobreviva se lhe cortarem a cabeça (cf. §273). Todas essas

experiências têm comprovação empírica (cf. §296). Afirmamo-las com a mesma certeza que dizemos “A água ferve a 100° C.”.

Wittgenstein assevera-nos que, no entanto, não existe fundamento para esta inferência indutiva e que não precisamos dela para sustentar as nossas expectativas e ações (cf. §287 e §499). Com efeito, o que dizemos saber não difere do crer (cf. §42 e §117). Possivelmente, só não utilizamos nas nossas proposições o “crer” em vez do “saber” porque parece-nos que o primeiro, ao contrário do segundo, não tem a força Da certeza, é permeável ao erro (cf. §492). Entende-se o saber como sendo do domínio da evidência, enquanto a crença como pertencendo à verdade subjetiva; só a proposição “eu sei ...”, mas não “eu creio ...”, tem o mesmo sentido da proposição “isto é ...” (cf. §170 e §588). É como se alguém que dissesse que sabe, em vez de que acredita, fosse mais censurável, caso viesse a comprovar-se que estava errado (cf. §367). E, porém, “[...] ‘Eu creio que sei’ não exprimiria necessariamente um grau inferior de certeza [...]” (§415). As proposições que afirmam saber algo sobre algo, na realidade, apenas dão voz a uma crença nesse saber. Os usos da palavra “saber” procuram acentuar a impossibilidade da dúvida ou do erro, por pretensamente estarem na posse de um conhecimento inatacável, quando, efetivamente, não passam de uma crença, isto é, de um acreditar que se sabe (cf. §356).

Assim se passa não só com o saber que se constitui a partir das memórias da experiência, do qual se tem a noção de ser bastante frágil, mas também com o que se adquire com a percepção sensorial. Sabemos com toda certeza que estamos perante uma cadeira ou uma porta ou uma mão, como sabemos do mesmo modo imediato e inegável que existe um mundo exterior. Quando estamos a ver a nossa mão ou a cor vermelha, não duvidamos da sua existência, nem temos qualquer incerteza quanto ao que ficamos a saber delas (cf. §57). Apesar de para quem vê poder ser como quem sabe, na verdade, para Wittgenstein, não existe certeza de que vemos exatamente o que é a coisa vista, mas apenas acreditamos que sabemos o que ela é (cf. §90, §510 e §511).

Se o que dizemos saber com base nas nossas experiências, perceptivas ou memorizadas, é da ordem da crença, é ainda mais claro que é da mesma ordem o que dizemos saber sobre o que não testemunhamos. É assim com o que chamamos as evidências históricas. Consideramos um saber inamovível o facto de a Terra

remontar a tempos de que não se tem memória ou que tivemos antepassados ou que Napoleão Bonaparte existiu e venceu a batalha de Austerlitz (cf. §183, §185, §190, e §234). Mas também é assim com outros saberes aprendidos por transmissão, como os conhecimentos científicos da geografia, química e outros (cf. §170). Sabemos que a lua existe, apesar de nunca lá termos estado (cf. §171); não duvidamos que dentro do nosso crânio encontra-se um cérebro (cf. §118); e, do mesmo modo, dizemos saber as dores que outros dizem ter (cf. §10 e §555). Julgamos ainda ser assim com o saber sobre o que imaginamos sobre a realidade: “E não saberei que não há escadas nesta casa que se prolonguem seis pisos abaixo da terra, apesar de nunca ter pensado nisso?” (§398). Não obstante, estamos seguros que a nossa fantasia não é o que testemunhamos (cf. §595). Não diríamos, como isso fosse um conhecimento de um facto, que um amigo nosso tem serradura no corpo ou na cabeça (cf. §281). Mas, por outro lado, tomamos como verdadeiro seremos seres humanos (cf. §622), que temos espírito (cf. §49) ou que Deus existe (cf. §107, §239), apesar de se usarem conceitos sem instânciação real imediata, sem qualquer evidência a suportá-los.

A certeza vigora em todos estes casos e, todavia:

‘Estamos muito certos disso’ não significa que toda e qualquer pessoa esteja certa disso, mas que pertencemos a uma comunidade que está ligada pela ciência e pela educação. (§298).

Este saber integra-se num sistema de crenças coletivo que lhe confere a legitimidade Da certeza. Crenças estas que, como certezas, emanam das regras de um jogo de linguagem nos termos das quais ganham a sua coerência como um todo. É porque não duvidamos na aplicação dessas regras que uma crença tem foro de certeza (cf. §3, §18, §102, §103, §140, §141, §142 §275, §288, §289, §410, e §555). Neste sentido, a imagem que construímos do mundo, o que dela consideramos verdadeiro ou falso, depende do quadro de crenças dominantes no jogo de linguagem. E o que por vezes dizemos sobre o mundo, frequentemente sob a forma de proposições empíricas, não passa, por esta razão, de uma espécie de mitologia (cf. §94, §95 e §96):

Alguns homens julgaram que um rei podia fazer chover; nós dizemos que isto contradiz toda a experiência. Hoje julga-se que

os aviões e o rádio, etc. são meios para assegurar maior contacto entre os povos e difundir a cultura. (§132).

A crença de que um rei, de que um homem, pode fazer chover não é, por assim dizer, menos mitológica do que a crença de que as novas tecnologias de transporte e comunicação fomentam o diálogo intercultural.⁶ São somente dois sistemas de crenças distintos.⁷

3 Saber é ter a certeza

A certeza que é suposta no nosso saber corresponde a uma forma de viver que reflete a essência do jogo de linguagem (cf. §358 e §370).⁸ Este jogo prescinde da dúvida para ser jogado. Não pomos em dúvida o que nos permite agir e pensar. Imagine-se o que seria se questionássemos a verdade da história ou que a Terra existia há 100 anos (cf. §311). Não verificamos a verdade das nossas certezas porque não saberíamos mais o que é verdadeiro se elas se revelassem falsas. Decidimos, assim, não nos interrogarmos sobre o que consideramos verdadeiro. Fazemos dessas verdades o nosso quadro de referências, com base no qual tudo o mais é realizado (cf. §94, §200, §510, §511, §514, §515 e §519).

Donde vem a necessidade do saber certas coisas ao abrigo de qualquer dúvida? Desde logo, porque a possibilidade da linguagem e do sentido, isto é, do jogo da linguagem, depende Da certeza do que sabemos: “Quem não tiver a certeza de facto nenhum, também não pode ter a certeza do significado das suas palavras.” (§114). Não seria viável compreender o sentido das palavras quando não tivéssemos certeza das possibilidades da sua aplicação. Como são as regras do jogo de linguagem que o estabelece, a incerteza quanto a essas aplicações significaria a impossibilidade do jogo. Nunca poderíamos, por exemplo, decidir sobre aplicar a um dado objeto a palavra “cadeira”, se a regra, e assim o seu sentido, não fosse tida como certa. Na realidade, o jogo joga-se de forma segura: “Isto é o mesmo que mostrar que não tem sentido dizer que um jogo foi sempre jogado da maneira errada.” (§496).

As regras do jogo são a origem das certezas da linguagem, e estas a possibilidade da própria dúvida: “Quem tentasse duvidar de tudo, não iria tão longe como se duvidasse de qualquer coisa.

O próprio jogo da dúvida pressupõe a certeza.” (§115). A dúvida, também ela, só tem sentido enquanto houver certezas. No jogo de linguagem, são as certezas que, como referências, proporcionam as dúvidas. Razão pela qual estão vedadas certas dúvidas. Desconfiar dessas certezas implicaria, na verdade, a impossibilidade de fazer juízos (cf. §354, §494). Por isso, não é, decerto, por ignorância ou ingenuidade que não pomos tudo em dúvida (cf. §235); pelo contrário, não ter certas dúvidas é próprio de quem é sensato (cf. §220).

A crença em certas coisas é imprescindível para tecer juízos e atuarmos. Mas como a adquirimos? Uma vez que ela não parece ser congênita, ela só pode ser adquirida por adestramento. É através da aprendizagem da linguagem que a crença se instala na certeza. Adestram-nos, apontando para o objeto, dizendo, por exemplo, “aquilo é uma violeta” ou “aquilo é uma mesa”, adquirindo através da sua repetição a capacidade de reconhecer nos objetos as palavras, passando as coisas a serem tão necessárias quanto as palavras que lhe correspondem (cf. §286, §387, §411, §449, e §455). Deve-se, pois, à aprendizagem da linguagem, feita em estreita conexão com a ação, o facto de, desde sempre, considerarmos certas coisas verdadeiras, de modo algum sob suspeita ou sem que essa suspeita seja entendida, no mínimo, como anormal (cf. §466).

O que aprendemos, na nossa infância, tomamos como certo, sem nunca o escrutinarmos. O que é deste modo adquirido é como um apoderar-se direto, que exclui a mediação do pensamento (cf. §480 e §510). A criança aprende a reagir à palavra verbalizada; é desse modo que aprende a responder ao seu nome ou a executar uma ordem. A ação que assim é levada a cabo não é premeditada, não é uma aplicação de um conhecimento; este só vem depois, com o que aprendemos sem duvidar. A dúvida já pressupõe a consciência do conhecimento e é desse conhecimento que podemos suspeitar. É preciso saber que algo se chama por um certo nome, sabe-lo distinto do nome de outras coisas, para podermos duvidar do que assim chamamos. Mas, para isso, temos primeiro que aprender a chamar, a aplicar diretamente a palavra às coisas, a apoderarmo-nos do seu sentido. Por isso, a criança é adestrada a não indagar sobre certas coisas (cf. §472, §534, §538 a §548).

4 Certeza: o que está para além da verdade e da falsidade

Na secção 241 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein afirma que a verdade e a falsidade só têm a ver com o que os homens dizem e isso revela a concordância (e a discordância) com a sua forma de vida. A linguagem da verdade e falsidade parece visar o próprio jogo da linguagem. O jogo que se joga seria, deste modo, posto em dúvida (cf. §559). E esta é viabilizada pela falta de fundamento do próprio jogo: “Este jogo dá provas de valia. Isso pode ser a causa de ser jogado, mas não é o fundamento.” (§474). Esta dúvida persegue o erro excepcional, que não deve ser confundido com aquele que se comete quando se joga conforme as regras (cf. §647). Porque, de facto, no exercício das regras do jogo da linguagem não se duvida de tudo o que é possível duvidar (cf. §249 e §392), a pergunta pelo fundamento conduz-nos a um ponto de vista, por assim dizer, exterior ao próprio jogo. Dessa posição, o que dizemos saber, algumas das nossas certezas, são inqueridas exaustivamente, como se por detrás delas estivesse a verdade com certeza perfeita.

Todavia, diz-nos Wittgenstein, uma tal verdade não escapa à subjetividade de toda e qualquer certeza: “Pretendo dizer: não é que, em certos pontos, os homens saibam a verdade com certeza perfeita. Não, a certeza perfeita é só questão da sua atitude.” (§404). Se, ao dizer que sabemos, pretende-se expressar a certeza do conhecimento sobre alguma coisa, como sobre isso não pudéssemos estar errados, então não existe grande diferença entre os conceitos de saber e certeza (cf. §8 e §272). Mas a ser assim, não podemos querer dizer que o saber está isento de subjetividade, uma vez que, ao contrário do que eventualmente se possa presumir, lembra-nos Wittgenstein, a certeza é subjetiva (cf. §174). Poder-se-ia, no entanto, insistir que o saber, e não a certeza, é objetivo (cf. §179 e §245). Mas como, se não existem razões fundamentais a suportar o saber (cf. §243)? Mesmo o que é considerado prova por estar a salvo da dúvida, a considerada prova firme da experiência, não faz com que o saber seja infalível. Por exemplo, não é mais evidente que tenho duas mãos depois de olhar para elas do que antes: não é certo que elas não desaparecem quando deixo de olhar para elas (cf. §153 e §245). Talvez apenas isso signifique que estamos perante uma crença inquestionável (cf. §130 e §245).

Neste sentido, julga-se que, na procura da verdade, um ponto de vista como que à margem do jogo de linguagem não terá maior vantagem do que aquele que joga de acordo com as regras, confiante nas suas certezas.⁹ Quem se coloca de fora no intuito de expor as debilidades das certezas que vigoram por outras haver, essas sim verdadeiras, não compreende que não existe fundamento para a certeza (cf. §166). Ao instalar-se em outras certezas, está simplesmente a reprimir as convicções não fundamentadas que lhe dão cobertura (cf. §253). O que pode distinguir esta dúvida é unicamente o facto de ela poder criar uma possível oportunidade de alteração de certas regras do jogo de linguagem. Mas se, obstinado em encontrar a verdade, levar o seu intento até às últimas consequências, eliminando o erro até encontrar a verdade perfeita, então a dúvida nunca o abandonará, perdendo, deste modo, a sua razão de ser. Pois, nesse caso, “[...] Uma dúvida que duvidasse de tudo não seria uma dúvida.” (§450) ou, numa formulação alternativa, “[...] Uma dúvida sem fim nem sequer é uma dúvida.” (§625). De facto, a dúvida só parece fazer sentido no pressuposto que existe a possibilidade de chegar com ela a um outro estado de certeza. Senão, para quê duvidar?¹⁰ E, contudo, seja qual for a certeza que venha a vigorar, ela nunca deixa de ser uma crença, que depende de certas coisas permanecerem imunes à dúvida, isto é, de aceitá-las tal como elas são (cf. §341, §344 e §415).

Tanto a certeza quanto a dúvida ignoram a impossibilidade da verdade ou falsidade fora do jogo da linguagem, facto que somente a análise gramatical pode revelar (cf. §403). O fundamento do que sabemos, do que consideramos verdadeiro, é o próprio jogo da linguagem, e esse está para além do que é verdadeiro e falso, é a vida tal como ela se dá (cf. §205 e §559). Por mais difícil que seja conformarmo-nos com a falta de fundamento dos nossos jogos de linguagem, eles são o princípio para além do qual não é mais possível recuar (ver §471). Quando Wittgenstein afirma que “Nalgum ponto temos de passar da explicação para a mera descrição.” (§189), ele está precisamente a traçar o limite do que podemos conhecer. Esse ponto limite são os jogos de linguagem que cabe à lógica descrever (cf. §56 e §82). E o que ela descreve é a trama das nossas crenças mais essenciais. Ao analisar a gramática do uso da palavra ‘saber’, ela verifica que a objetividade do que dizemos saber é-lhe conferida, não pela experiência, mas pelas razões soberanas dos próprios jogos de linguagem (cf. §194, §196, §270, §271, §308, §357 e §563).¹¹

Daí que as justificações sucessivas para encontrar o fundamento das nossas crenças acabem por ter um fim, que não corresponde à derradeira verdade, mas que se impõe como necessário à nossa acção (cf. §110, §150, §192 e §204). Afinal, temos que viver e não se vive sem algumas certezas. Enquanto a dúvida sobre certas coisas não seria devastadora, sobre outras deixar-nos-ia espoliados do sentido necessário à vida. Como seria viver, se de súbito deixássemos de ter como verdade que temos pais, ou que nunca tivemos o nome próprio através do qual desde sempre nos identificaram e pelo qual nos conhecemos (cf. §234, §240 e §514)? E levamos a vida firmemente seguros do que sabemos, apesar de não haver fundamento para a nossa forma de vida, para o facto de agirmos como agimos. Ter essa segurança é absolutamente necessária à acção, se bem que ela seja “[...] uma via de acção não fundamentada.” (§110).

São, assim, dispensáveis as razões que damos para fundamentar o modo como atuamos, pois ele tem fundamento em si mesmo (cf. §307). Por exemplo, há quem acredite e quem não acredite na história da criação tal como vem descrita na Bíblia, mas as razões evocadas por uns e outros, como fundamento da sua crença, não demovem qualquer um dos lados (cf. §336). Quando dou justificação para o que acredito, o que considero verdadeiro ou falso, isso reflete apenas a minha decisão no que acreditar, e não que o seu fundamento é inatacável (cf. §200). O saber que justificamos decorre afinal de uma decisão justificada. E o que possa desafiar esse saber cabe-nos a nós decidir sobre sua validade. Mas, seja como for, essa decisão é prévia a sua justificação, ela é já dada com a nossa atuação. Na realidade, o nosso saber vê-se na nossa forma de vida¹² (cf. §362, §368 e §516).

5 Conclusão: viver é saber

Quando dizemos “Eu sei”, temos a certeza do que sabemos por que isso tem a sua razão de ser, para além da verdade e da falsidade, do justificado e do injustificado, no jogo de linguagem. É este como *praxis* que, na causa que se encontra na experiência ou por intuição, dota a crença Da certeza. Pode-se, pois, afirmar, com o Wittgenstein das observações sobre a *Causa e efeito*, que o saber só tem cabimento como forma de atuação no jogo de linguagem. E a certeza, o saber

em que somos adestrados, porque condição de possibilidade do nosso pensamento e ação, é a forma básica desse jogo.

Deste modo, é com razão que nas observações sobre a *Causa e efeito* se declara que a dúvida levantada sobre o próprio jogo de linguagem é como deixar um caminho familiar. Pois isso é criar uma exceção à regra (cf. §34). Desafia-se a regra quando dela suspeitamos e impugnamos o seu sentido, quando deixamos de viver de acordo com ela. Mas isso apenas significa que o jogo de linguagem pode mudar e com ele a nossa forma de vida. O que parece claro é que a vida tal qual é agida e pensada não prescinde da certeza e da verdade, sem as quais não saberíamos como viver. Ela necessita do saber, precisa da sustentação de um sistema de crenças. E a dúvida, afinal, acaba por ser um momento de hesitação que cede invariavelmente à ação e regressa ao sentido. A *práxis* é o argumento definitivo contra o ceticismo.

Notas

- 1 Incluídas, numa tradução do original alemão para inglês, realizada por Peter Winch, sobre o título *Cause and Effect: Intuitive Awareness* (Wittgenstein, 1993b). Será esta tradução que seguiremos e a partir da qual faremos a nossa própria tradução para português.
- 2 Adoptaremos uma edição bilingue com tradução para português (Wittgenstein, 1998). Por serem muito frequentes as referências a esta obra, todas as citações que dela se faça ou remissões para ela serão referenciadas apenas com a menção do respectivo parágrafo.
- 3 Obviamente, esta ordem de ideias, por ser adversa ao seu estilo, não foi fornecida por Wittgenstein, nem sequer se pode estar seguro de que, de um outro modo, foi por ele tentada.
- 4 Ver secções 7 e 54 das *Investigações Filosóficas* (Wittgenstein, 1987). James Conant refere-se aos jogos de linguagem como aplicações determinadas da linguagem em contextos de utilização significativos (cf. Conant, 1998).
- 5 Cf. secção 19 das *Investigações Filosóficas* (Wittgenstein, 1987)
- 6 O mesmo se poderia dizer acerca da magia e da ciência. A distinção entre elas, diz-nos Wittgenstein, não radica na falsidade de uma e na verdade da outra, mas no facto da ciência ter em si uma tendência de progresso que não existe na magia (cf. Wittgenstein, 1993a, p. 141).
- 7 Annalisa Coliva defende que o facto de Wittgenstein ser um anti-fundacionalista não legitima a tese de que ele seja relativista (cf. Coliva, 2010a). Segundo ela, para Wittgenstein não existem várias visões do mundo, mas apenas uma que vai mudando ao longo do tempo. Os principais argumentos que aduz em defesa da sua posição apontam para a similitude de atuações entre diferentes sistemas de justificação. Poder-se-á dizer que, para Coliva, na frase seguinte de Wittgenstein:

- “Uma mitologia inteira está armazenada dentro da nossa língua.” (Wittgenstein, 1993a, p. 133; tradução própria para português), a mitologia que habita a linguagem tem, para os seres humanos que a falam, valor de verdade.
- 8 A certeza não é um estado mental, um sentimento, mas um modo de ação (cf. §156 e §157 do MS 169 in Wittgenstein, 2007).
- 9 Para James Conant, que concebe o estar ‘fora do jogo de linguagem’ como uma falha na aplicação da linguagem quando ela é transferida para novos contextos de utilização significativa, a investigação gramatical empreendida por Wittgenstein coloca os cétricos perante um dilema: “Ele [o cétrico] terá de perceber, uma vez confrontado com a visão perspicaz da gramática, que, ou o que diz tem todo o sentido, mas não para fazer as perguntas que ele quer, ou que ainda não está claro qual das muitas coisas que ele pode dizer com palavras é a que ele quer dizer.” (Conant, 1998; tradução própria para português).
- 10 Não devemos, no entanto, concluir que a dúvida tem uma motivação racional, que duvidamos porque temos razões para isso: “Não nos devemos esquecer: até as nossas dúvidas mais refinadas, mais filosóficas, têm um fundamento instintivo. Por exemplo, a expressão ‘Nunca sabemos ao certo’. Acesso contínuo a ulteriores argumentos. Deveríamos considerar as pessoas a quem não conseguíssemos ensinar isto como mentalmente inferiores. Incapazes *ainda* de formar um certo conceito.” (Wittgenstein, 2000, p. 108).
- 11 Também para Annalisa Coliva, o saber em Wittgenstein adquire objetividade no jogo de linguagem. Mas acrescenta ainda que o que uma pessoa diz saber, ainda que fruto da sua subjetividade, tem carácter objetivo quando assim se decidir de acordo com um critério intersubjetivo. (Cf. Coliva, 2010b, p. 60)
- 12 Nas *Observações Sobre o Ramo Dourado de Frazer*, Wittgenstein diz-nos que a justificação é o caminho percorrido do erro à verdade, ou seja, é necessário expor o erro para se chegar ao que dele está purificado. Este é o modo de persuasão que pretende a conversão à verdade. Mas, há coisas, como as práticas religiosas, em que a sua verdade não surge a partir do erro ou não é possível expô-las ao erro para se alcançar a verdade. O que nós sabemos e podemos descrever é a vida humana tal como ela é. E qualquer explicação é apenas uma hipótese. (Cf. Wittgenstein, 1993a).

Referências

COLIVA, Annalisa. “Was Wittgenstein an Epistemic Relativist?”, *Philosophical Investigations*, 33:1, 2010a. p. 1-23.

COLIVA, Annalisa. *Moore and Wittgenstein – Scepticism, Certainty, and Common Sense*, Palgrave Macmillan, Hampshire, 2010b. p. 248.

CONANT, James. “Wittgenstein on Meaning and Use”, *Philosophical Investigations*, 21:3, 1998. p. 222-250.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*, in *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*, tradução de M.S. Lourenço, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2008, 1987. p. 611.

WITTGENSTEIN, Ludwig. "Remarks on Frazer's Golden Bough", in *Philosophical Occasions: 1925-1951*, Edited by James Klagge and Alfred Nordmann, Hackett Publishing Company, Inc, Indianapolis, 1993a. p. 115-155.

WITTGENSTEIN, Ludwig. "Cause and Effect: Intuitive Awareness" in *Philosophical Occasions: 1925-1951*, Edited by James Klagge and Alfred Nordmann, Hackett Publishing Company, Inc, Indianapolis, 1993b. p. 368-426.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da certeza*, Tradução de Maria Elisa Costa, Revisão da tradução de António Fidalgo, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Vol. 13, Lisboa, 1998. p. 191.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cultura e Valor*, Tradução do inglês de Jorge Mendes e revisão, por comparação com o texto em alemão, de Artur Morão, Edições 70, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Lisboa, 2000. p. 127.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*, Tradução de António Marques, Nuno Venturinha e João Tiago Proença, Fundação Calouste Glubenkian, Lisboa, 2007. p. 372.